

O que ainda vem por aí: mais cortes.

Depois do controle de crédito ao setor público e das medidas sobre o excesso de liquidez, o governo adotará agora cortes nos orçamentos da União e das empresas estatais e reverá a política de reajuste das tarifas públicas. A informação é de um assessor direto do ministro Maílson da Nóbrega. Ele revelou também que com essas novas medidas, o governo espera reduzir em mais 2% do PIB o déficit potencial de 88.

Os cortes no orçamento da União estão sendo estudados e deverão ser divulgados até o final de março, atingindo as áreas de custeio e investimento. No campo dos investimentos serão atingidos os novos programas, mas os da área social serão preservados, atendendo à orientação do presidente Sarney. Na área de custeio, a margem de cortes não é grande, mas a redução terá que ocorrer "de qualquer maneira", segundo o assessor de Maílson, principalmente porque os programas sociais não poderão ser afetados.

O estouro da folha salarial do funcionalismo nos próximos meses, é a maior preocupação do governo, revelou o auxiliar. Segundo ele, os estudos para evitar o estouro concentram-se hoje numa fórmula de se reduzir a indexação do salário do funcionalismo, minimizando-se o efeito dos reajustes com base na URP. Estudam-se várias fórmulas em torno da URP, desde sua extinção pura e simples para os servidores até um mecanismo de redução de seus efeitos, como sua aplicação apenas a cada três meses.

A Secretaria de Controle das Estatais trabalha na definição de cortes nas áreas de custeio e investimentos das empresas do governo. Essa redução de custos pressionaria menos os aumentos de suas tarifas e preços, que passariam a ser feitos com base na evolução de custos reais e não mais pela simples aplicação do índice de inflação do mês anterior.